

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

Deputado António Ramos Preto

## REQUERIMENTO

Assunto: Audição urgente do Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Portugal vê concentrada mais de 75% da sua população nos cerca de 976 quilómetros de costa, 26% dos quais ocupados com construção para usos urbanos, turísticos e industriais. Para atestar a fragilidade da orla costeira, recorde-se que mais de 25% é afetada por fenómenos de erosão, existindo risco potencial de perda de território em qualquer coisa como 67% da costa.

É também por isso que mais de 14% da orla costeira portuguesa se encontra artificializada, seja pela instalação de esporões, obras aderentes ou paredões, cifrando-se em mais de 122 milhões de euros o investimento feito em infraestruturas de proteção costeira nas últimas décadas.

Porque o início do ano de 2014 tem sido marcado por fortes intempéries, as quais têm causado avultados prejuízos no território nacional – muito especialmente na faixa litoral, atenta a agitação marítima que se tem sentido –, assume especial relevância a análise aprofundada das políticas públicas para o litoral, aqui se incluindo todas as ações de proteção e valorização da orla costeira.

Foi, de resto, sempre entendimento do Partido Socialista que a proteção e a valorização do litoral constituem domínios prioritários da política nacional, por se referirem a uma área particularmente sensível e complexa, que exige uma gestão integrada, capaz de mobilizar entidades públicas e privadas, não descurando as populações, em torno de objetivos claros e partilhados.

Recorde-se que, na égide do XVII Governo Constitucional, foi elaborado o Plano de Ação do Litoral 2007 – 2013, contemplando um vasto conjunto de ações consideradas necessárias para requalificar o litoral nacional, em diversas tipologias de intervenção (defesa costeira, planos de intervenção e requalificação

urbana, requalificação de praias, sensibilização ambiental, demolições ou, mesmo, estudos e monitorização), de acordo com prioridades definidas a nível regional, embora tendo presente a dimensão nacional da gestão costeira e a inevitável necessidade de fazer escolhas, motivadas por condicionantes de vária ordem, incluindo financeiras.

Foi este instrumento que permitiu não só que Portugal concretizasse uma política integrada e coordenada para o litoral nos últimos anos (dando especial primazia à proteção ambiental, à valorização paisagística das zonas costeiras, à proteção de pessoas e bens, enquadrando a sustentabilidade e a qualificação das atividades económicas), mas, também, e sob uma nova roupagem, que o atual Governo pudesse apresentar o Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral 2012-2015.

Nas notas de enquadramento ao Plano, a anterior Ministra do Ambiente e Ordenamento do Território referia que este prevê um novo modelo de governança e uma capacidade de execução elevada, potenciando a interação entre o planeamento e a gestão e uma maior eficácia de atuação. No entanto, a realidade tem sido outra.

As promessas de intervenções prioritárias não passam disso mesmo, e os avultados investimentos prometidos em 2012 quase não saíram do papel: das 303 medidas orçadas em 417 milhões de euros, estão apenas executadas 5%, e dos 149 milhões de euros previstos em 55 ações, só 11% foram concretizados. Importa, pois, esclarecer que objetivos, ações e metas estão em causa (ou em risco), e, claro está, as atinentes responsabilidades institucionais.

Considerando que a proteção do litoral é uma das prioridades do país, crescentemente sujeito aos efeitos das alterações climáticas, afigura-se fundamental promover a audição do Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, permitindo que a Assembleia da República se possa inteirar do balanço das ações previstas do Plano (mormente atinentes à proteção de pessoas e bens), das respostas do Governo para os efeitos do mau tempo na orla costeira, dos contactos estabelecidos com a administração local e os agentes económicos, e, naturalmente, sobre o sentido da revisão da estratégia nacional de riscos da costa portuguesa para intervenções estruturais – profusamente anunciada no início do mês de janeiro de 2014.

Um litoral melhor defendido é aquele que congrega todas as sinergias, concorrendo para esta união de esforços o comprometimento político do Governo e dos partidos com assento na Assembleia da República.

É atento este domínio de colaboração que os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local e, bem assim, todos os Deputados Coordenadores Regionais dos Círculos Eleitorais compreendendo a faixa litoral, apresentam o presente Requerimento.

Porque é seu entendimento que a realização de uma audição parlamentar sobre a gestão costeira convergirá para uma maior cooperação em torno deste que é um dos nossos maiores recursos.

Em tempos, a anterior titular da pasta do Ambiente e do Ordenamento do Território referia existir «uma ténue linha que separa o mar da terra: a costa».

Referia igualmente existir «uma ténue linha que separa um bom plano dum mau plano: a sua exequibilidade».

Hoje, com outra tutela, e ano e meio volvido sobre a apresentação do Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral 2012 – 2015, há uma outra linha, que separa a propaganda da verdade: a realidade – a melhor garantia de que o designio da valorização e qualificação do litoral será cumprido.

É sobre a realidade da proteção e valorização do litoral que, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados signatários vêm requerer a audição urgente do Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

Palácio de São Bento, 9 de fevereiro de 2014

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Mota Andrade	Eurídice Pereira
António Gameiro	João Paulo Pedrosa
Pedro Farmhouse	Jorge Fão
André Figueiredo	Luís Pita Ameixa
Idália Salvador Serrão	Mário Ruivo
Jorge Manuel Gonçalves	Miguel Freitas
José Junqueiro	Nuno Sá
Miguel Coelho	Renato Sampaio
	Rosa Maria Bastos Albernaz
	Rui Paulo Figueiredo